

Bahrein: Evolução Política, Social e Económica

Por Sandra Liliana Costa

(Doutoranda em Ciência Política e Relações Internacionais na
Universidade do Minho)

Com uma população de aproximadamente 700,000 pessoas, o Bahrein é a nação mais pequena do Conselho de Cooperação do Golfo. É a nação mais densamente povoada do Médio Oriente, com 89% da população a residir nas duas principais cidades, Manama e Al Muharraq. Tem a sociedade mais complexa, estratificada e polarizada dos estados da região. A família Al Khalifa no poder é uma das mais numerosas do golfo. Entre 2000 e 2005, o país foi palco de um conjunto de reformas políticas e económicas, que embora conduzidas sob rígido controlo governamental, visavam operar uma clara ruptura com o passado. Com a aprovação de uma nova Constituição e a introdução de medidas de liberalização, incluindo eleições parlamentares, o país tornou-se um dos sistemas mais abertos do Golfo.

No caso específico do Bahrein a evolução política não resulta tanto de pressões internas, regionais ou internacionais, mas é sobretudo o resultado de alterações geracionais. O novo monarca deseja salvaguardar o reinado num contexto em que, com a emergência de um Golfo Pérsico com características pós-tradicionais, as afiliações tribais podem já não ser suficientes para legitimar a família real. A monarquia tem sido, assim, o principal agente de mudança política no país, processo que está a ser conduzido de um modo gradual, em direcção a uma liberalização com algumas facetas de prática democrática.

O Bahrein define o seu percurso político como sendo uma "evolução gradual". A nível económico, ao debater-se com o declínio de reservas petrolíferas, o país procura concentrar-se em actividades como o processamento e refinação de crude e transformar-se num centro financeiro e bancário internacional. Uma questão fundamental para a estabilidade do país prende-se com as relações entre a minoria sunita no poder e a comunidade xiita. Para além das implicações destas circunstâncias internas, os acontecimentos actuais em países do Golfo, onde a influência xiita tem crescido, poderá ter influência no desenrolar dos acontecimentos e reflectir-se no futuro do Bahrein.

Evolução Política e Social

O Bahrein foi conquistado no século XVIII pela actual família reinante sunita que se impôs a uma população maioritariamente xiita. Após um longo período de colonização britânica, o país adquiriu a independência em Agosto de 1971. Até 1999, o chefe de estado do Bahrein foi o *Sheikh* Isa bin Salman Al Khalifa, embora fosse o seu irmão e Primeiro-Ministro, Khalifa bin Salman, quem se ocupava mais directamente da governação do país. Até à sua morte, e apesar de algumas erupções de violência política, o *Sheikh* Isa manteve a popularidade devido à sua imagem paternal e amável, enquanto o seu irmão era objecto de críticas. A Constituição de 1973 e a formação de uma Assembleia Nacional criaram um sistema relativamente liberal. Existiam diferentes correntes políticas, dos nacionalistas árabes aos comunistas, passando pelos islamistas. Contudo, em 1975, a actividade da oposição e um poderoso movimento social, levaram o Emir a decretar a dissolução do Parlamento.

A subida ao poder do filho, *Sheikh* Hamad bin Isa Al Khalifa, após a sua morte, provocou uma evidente mudança no ambiente político do país. Durante grande parte da década de 90, verificaram-se diversos problemas que tinham a sua raiz no autoritarismo, na ausência de direitos civis e políticos, na discriminação dos Xiitas, na corrupção e favorecimento da família real e da sua *entourage*, no aparelho de segurança repressivo e composto sobretudo por estrangeiros e na estagnação da economia. Esses problemas acabaram por forçar medidas de adaptação política e evidenciaram a necessidade reactivar o parlamento. O regime respondeu à exigência de maior participação na governação do país com o restabelecimento da Assembleia Nacional.

A actuação do novo Emir nos primeiros dois anos de governo granjeou-lhe uma enorme popularidade, apesar da pouca credibilidade de que gozava inicialmente por se acreditar ser muito influenciado pelos sauditas. Em Dezembro de 2000, o *Sheikh* Hamad lançou uma Carta Nacional, a qual foi a referendo em Fevereiro do ano seguinte e aprovada com 95% dos votos. A Carta introduziu uma série de alterações políticas: o Emir adoptou o título de Rei e o regime tornou-se uma monarquia, a Constituição foi reintroduzida, a Assembleia Nacional passou a ser eleita e foi ainda criada uma segunda câmara não-eleita. Foram abolidas as leis de segurança do estado e o tribunal de segurança estatal que suprimiam a oposição ao governo. Durante o mesmo período, os presos políticos foram libertados, os dissidentes políticos foram autorizados a regressar ao país para tomarem parte no diálogo com o governo e com as outras forças políticas.¹ Os partidos políticos continuaram a ser proibidos, mas as organizações políticas passaram a ser toleradas e foram

¹ Gerd Nonneman, *Political Reform In The Gulf Monarchies: From Liberalisation to Democratisation? A comparative Perspective*, Durham Middle East Papers, Sir William Luce Publication Series, Durham, Junho 2006.

mesmo legalizadas em 2005. Alguns grupos de esquerda e islamistas começaram a desenvolver as suas actividades de forma aberta.

A rapidez e a extensão das reformas empreendidas pelo *Sheikh Hamad* constituem uma tentativa para estabelecer uma nova base política para o seu governo, neutralizando parcialmente os contestatários no interior da família real. Este pacote de reformas foi dirigido e controlado pela classe dirigente, que conseqüentemente, evitava a contestação da sua posição privilegiada. Os aliados dos al-Khalifa são algumas elites tribais sunitas e um pequeno número de famílias xiitas ligadas ao comércio que gozam de grande poder económico e de prestígio político.

Com o novo sistema, a maior parte do processo legislativo é iniciada pelo Conselho de Ministros, liderado pelo Rei. A estrutura permite a este e ao Primeiro-Ministro deter o controlo sobre o processo político. No entanto, nem todas as partes da máquina governamental estão tão envolvidas quanto o Rei em empreender reformas, o que poderá, em algumas situações, abrandar a sua implementação. A Assembleia Nacional tem poderes limitados, não podendo nomear o Primeiro-Ministro, nem destituir o governo.

O poder legislativo é partilhado pela Assembleia, eleita por sufrágio universal, e pelo *Majlis al-Shura* (Conselho Consultivo) nomeado pelo monarca. Este último data de 1993, quando foi instituído pelo anterior Emir, embora a sua existência não tenha produzido efeitos práticos na resolução dos problemas do país. Ambas as câmaras são constituídas por quarenta membros. O rei Hamad nomeou seis mulheres, um judeu e um cristão para a câmara alta entre os restantes membros, sunitas e xiitas. A formação deste Conselho tem por objectivo permitir uma maior representatividade no Parlamento. A nomeação de uma segunda câmara não-eleita provocou muitas objecções. Os principais grupos de oposição xiita

boicotaram as primeiras eleições para o parlamento, em Outubro de 2002. O parlamento eleito por quatro anos era constituído por uma maioria sunita, incluindo nove islamistas nas suas fileiras. Pela primeira vez, as mulheres estiveram autorizadas a participar no escrutínio, quer como votantes, quer como concorrentes. Contudo, nenhuma delas conseguiu ser eleita.

Nos últimos anos, muita da luta política tem-se centrado na questão das mudanças constitucionais. Tanto os membros do parlamento, como os da oposição concordam que os poderes do *Majlis al-Shura* têm de ser revistos, mas discordam quanto à estratégia a utilizar. Os deputados consideram que as mudanças só podem ser feitas partindo da participação nas instituições existentes. Por sua vez, a oposição defende que esta participação significaria um reconhecimento *de facto* do Parlamento e da Constituição, algo que para eles não é negociável.² O grande objectivo dos grupos da oposição é uma reforma constitucional que termine com a câmara não-eleita, o principal obstáculo a uma mudança real no país, no entender daqueles. Não se opõem à família real: o seu ideal é que o Bahrein seja uma monarquia constitucional, onde a família Al Khalifa continue a reinar, mas que o poder seja detido pelo Parlamento.

A oposição questionava-se se deveria continuar a boicotar a participação nas eleições quando, em Maio de 2006, o principal movimento da oposição xiita, o *al-Wifaq National Islamic Society*, e o partido xiita radical, *Amal Islami*, optaram por participar nas eleições agendadas para 25 de Novembro último. Antes da sua realização, o governo foi acusado de conceder cidadania e direitos de voto a imigrantes de outros países árabes, bem como do Paquistão, Bangladesh e Índia, com o objectivo de diluir o poder de voto da

² International Crisis Group, "Bahrain's Sectarian Challenge", *Crisis Group Middle East Report N°40*, Bruxelas, 6 de Maio de 2005, nota da p. 6.

maioria xiita. Isto aumentou a tensão entre o governo e grupos da oposição.

Por outro lado, um pequeno partido de tendência xiita, o Movimento Haq para a Liberdade e Democracia, acusou a família real de alterar as circunscrições eleitorais de modo a favorecer a minoria sunita do país. Este movimento, que conta nas suas fileiras com alguns ex-membros do *al-Wifaq*, procura incentivar as reformas democráticas e reclama mais direitos para os Xiitas do Bahrein. O Haq tem visto ser-lhe negado estatuto legal e continua a ser tratado pelo governo como uma organização ilegal. A 16 de Novembro de 2006, dois activistas daquele movimento foram presos por distribuir panfletos apelando ao boicote nas eleições e a mudanças políticas através de meios pacíficos legítimos. Foram recentemente julgados e condenados a penas de seis e doze meses de prisão.

Os resultados das eleições parlamentares de 2006 parecem ter acentuado a divisão sectária dentro do país. Os Islamistas foram os grandes vencedores com a divisão dos votos entre os Xiitas e os Sunitas conservadores. Os islamistas xiitas, o *al-Wifaq*, ganharam dezassete dos quarenta assentos parlamentares, provocando alguma apreensão entre as monarquias sunitas conservadoras da região, especialmente na Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos. Nos Estados Unidos estes resultados também suscitaram alguns receios, já que a Quinta Frota Naval americana (onde trabalham cerca de 3000 pessoas, sobretudo da Marinha) se encontra estacionada naquela país. Os Islamistas sunitas do partido *Al Menbar al-Watani al-Islami* (National Islamic Platform) e o grupo salafista *Al-Assala Islamic Society* garantiram dezoito deputados. Os restantes cinco lugares foram ocupados por liberais pró-governo. Das dezoito candidatas femininas, apenas uma conseguiu ser eleita.

O processo eleitoral não moderou as críticas ao governo. No início de Fevereiro o líder do movimento Haq, o director do Centro para os Direitos Humanos do Bahrein e um activista independente foram presos e acusados de "promover mudanças no sistema político através de meios ilegítimos, incitamento ao ódio do sistema político, agitação e de lesar o interesse público."³ Os três acabaram por ser libertados sem fiança, após manifestações e confrontos dispersos, envolvendo algumas centenas de jovens em protesto contra as detenções. Apesar da fermentação xiita na região do Golfo poder inflamar os discursos e radicalizar as posições dentro do Bahrein, esta crise parece ter tido mais uma vez, como motivação principal, a exigências de um maior aprofundamento das reformas democráticas no país, a luta pelo poder político e a criação de mais oportunidades para a comunidade xiita.

Por seu lado, o governo encontra-se numa posição delicada: consciente do poder crescente dos Xiitas a nível regional, tem de lidar com os bons resultados conseguidos pelos partidos xiitas nas últimas eleições parlamentares e com as contínuas acusações de discriminação por parte daqueles. A prisão dos activistas pode ser encarada como uma tentativa do regime retomar o controlo sobre a oposição, ao deter os críticos mais ousados das reformas governamentais. Deixa também passar a mensagem de que não está disposto a tolerar determinadas críticas. No entanto, ao deixar os detidos aguardarem o julgamento em liberdade, o governo demonstra querer equilibrar o seu desejo de manter o controlo do sistema político com os seus instintos reformistas.

³ "Bahrain Rights Activists Charged After Their Arrests Spark Protests", International Herald Tribune, 3 de Fevereiro de 2007 (<http://www.ihf.com/articles/ap/2007/02/03/africa/ME-GEN-Bahrain-Rights-Activists.php>).

O papel político dos Xiitas é uma questão crítica para o futuro das reformas no país. Os Xiitas terão de optar entre aceitar o processo gradual de reformas do monarca ou adoptar uma abordagem mais confrontacional, defendendo reformas conducentes a uma maior e mais rápida democratização. No processo de democratização, é também preciso ter em conta as divisões existentes no seio da família real quanto às etapas da reforma. Deve ser realçado que a estrutura socio-económica do país não evidencia a existência de uma classe média estável, o que dificulta o papel da sociedade civil enquanto agente indutor de reformas.

A Constituição consagra o Islão como religião oficial e o princípio da liberdade religiosa. Contudo, esta liberdade tem alguns limites. O governo continua a exercer algum controlo sobre as várias seitas. Em relação aos Xiitas, é notória a discriminação em certos sectores. Estes constituem a seita religiosa dominante no país, entre 60 e 80% do total da população, embora não haja números oficiais que confirmem esta percentagem. Apesar disso, o poder é detido pelos membros da comunidade sunita. Em geral, a estrutura da sociedade exclui a maioria dos Xiitas de cargos de relevo e dos empregos públicos. No sector privado, aqueles tendem a arranjar empregos mais mal remunerados e menos qualificados.

Para contrabalançar os dados populacionais disponíveis e alargar a sua base de apoio, o governo do Bahrein utiliza a estratégia de concessão de cidadania a muitos Sunitas provenientes dos países da região. Como todos os países do golfo, o Bahrein conta com uma significativa comunidade de imigrantes, oriunda sobretudo do Sul da Ásia e de outros países árabes. Dados do Departamento de Estado americano referem que os estrangeiros residentes no país constituem

38% da população, sendo que metade não são Muçulmanos.⁴ De salientar que, enquanto nos ministérios mais críticos – Defesa, Interior, Segurança e Justiça e Negócios Estrangeiros – dificilmente se encontrarão elementos xiitas, alguns dados levam a crer que dominam o Ministério da Indústria (o que lhes concede considerável influência no seio do fundamental sector petrolífero) e da Saúde. Foi especialmente após a Revolução Islâmica iraniana de 1979, que aqueles começaram a ser sistematicamente excluídos dos vários serviços de segurança, e nem as promessas governamentais de alterarem a situação parecem operar mudanças.

No Bahrein existem quatro estratos sociais, o que ajuda a explicar a distribuição do poder no país. A família Al Khalifa tem o monopólio do poder político, apoiada pelos seus aliados tribais, originalmente oriundos da região de Najd, hoje na Arábia Saudita. Estes acompanharam os Al Khalifa durante as invasões iniciais no século XVIII, ou foram posteriormente convidados para o país. O segundo estrato é composto pelas famílias Hawla, a elite económica. Estas famílias deslocaram-se da costa iraniana durante os últimos séculos, mas dizem-se árabes, sunitas e originalmente da Península Arábica. O estrato mais alargado é formado pelos Baharina, que se presume serem os habitantes originais do território. Concentrados nas aldeias e cada vez mais nos bairros urbanos mais pobres, são árabes e xiitas. A população de origem persa constitui o estrato mais baixo da sociedade. Embora o Irão tenha controlado o Bahrein até ao século XVIII, quase todos os persas imigraram para o país durante o século XX, primeiro como pequenos mercadores e depois como trabalhadores para os campos petrolíferos durante os anos 30 e 40.

⁴ U.S. State Department, *International Religious Freedom Report 2006*, <http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/2006/71419.htm>.

As divisões sociais no Bahrein são mais persistentes e agudas do que em outro qualquer país da região, em parte devido à escassez de reservas petrolíferas e de oportunidades económicas. Largas secções da sociedade são desfavorecidas do ponto de vista económico e alienadas politicamente. Essa situação levou a vários períodos de dissidência e de confrontos durante o século XX, como por exemplo em 1921-1923, 1934-1935, 1938, 1947-1948, 1953-1956, 1965 e 1975.⁵ Na década de 90, houve uma série de lutas violentas e manifestações. Esta vaga de oposição, embora longa e séria, não constituiu uma ameaça ao regime. Os manifestantes exigiam mais oportunidades económicas, o restabelecimento da Assembleia Nacional eleita e o fim da discriminação de que eram alvo. Contudo, o facto da grande maioria dos manifestantes se concentrar nas aldeias e bairros baharina, sob a aparente direcção de *mullahs* polémicos, impediu uma maior participação de outros grupos sociais. Os protestos dos jovens em Maio de 2004 também foram motivados pela necessidade de reclamar mais empregos. A pobreza atinge não só a maioria xiita e os expatriados – obrigados a viver em bairros pobres e mais atingidos por problemas sociais como o sub-emprego, baixos salários e ausência de serviços de segurança social – , mas também muitas aldeias e famílias urbanizadas sunitas. Enquanto os dados oficiais indicam que a taxa de desemprego se situa nos 15%, tudo leva a crer que este número poderá ser superior. Com uma população bastante jovem – a média de idades ronda os 29 anos – e um ritmo de crescimento populacional anual de 1,45%, estimativas oficiais indicam que em 2013 o número de desempregados alcançará os 30-35%.⁶

A desconfiança que existe em relação a comunidade xiita tem a ver com o desenvolvimento de uma relação estreita entre o governo

⁵ J. E. Peterson, "The Nature of Succession in the Gulf", *Middle East Journal*, volume 55, nº 4, Outono de 2001.

⁶ *Id.*

revolucionário iraniano e muitos xiitas do Bahrein, após a Revolução Islâmica de 1979. Alguns são acusados de terem usufruído do apoio daquele país na tentativa de golpe levada a cabo em 1981. Existe ainda alegações sobre um possível envolvimento do Líder Supremo, *Ayatollah Khamenei*, no apoio às actividades, durante os anos 90, do Hizbollah do Bahrein. Em 1994, os protestos que abalaram o país foram liderados por jovens *mullahs* e estudantes formado no Irão. Neste sentido, o Bahrein sempre olhou o Irão como uma ameaça maior à sua estabilidade do que o Iraque. Atendendo a este facto, o governo tenta monitorizar as viagens ao Irão e investigar aqueles que decidem seguir aí os seus estudos religiosos.

Neste momento, existe alguma ansiedade no que se refere às perspectivas de evolução do Iraque e quanto à emergência de um regime dominado por Xiitas naquele território, o que poderá galvanizar ainda mais a maioria xiita no próprio Bahrein. Têm surgido novos sinais de descontentamento Xiita. De Dezembro de 2005 – data em que um clérigo que chegava do Irão foi preso no aeroporto – até, pelo menos, Abril de 2006, tornaram-se frequentes confrontos organizados entre jovens xiitas e as forças da segurança nas aldeias e bairros pobres xiitas.⁷ O atentado à Mesquita Dourada de Samarra, em Fevereiro de 2006, acontecimento que marcou o início da guerra sectária no Iraque, desencadeou uma manifestação de mais de cem mil Xiitas, onde participaram também alguns Sunitas.

Existe, contudo, poucos indícios que os objectivos políticos da comunidade xiita sejam influenciados por estrangeiros: ao falar sobre a lealdade daquela comunidade, é preciso ter em conta que a sua actividade política e as suas organizações políticas se focam principalmente nos assuntos domésticos através de activismo local.⁸

⁷ Hassan M. Fattah, "Ripples From Iraq Disturb Bahrain", *International Herald Tribune*, 15 de Abril de 2006.

⁸ ICG, *id.*, p. 14.

O seu descontentamento é mais o resultado das frustrações políticas e económicas que os afligem do que da influência externa. Por parte do governo e da comunidade sunita da ilha, existe uma certa desconfiança em relação à questão xiita e à sua participação no sistema político. Mantém-se a crença generalizada que os Xiitas são influenciados do exterior, o que faz deles uma ameaça para o governo. Ignora-se o facto dos Xiitas contarem no seio com vários grupos políticos e religiosos e que existem diferenças políticas e religiosas entre os Xiitas do Bahrein e os do Irão.

Esta heterogeneidade, bem como a existência de interesses políticos e religiosos específicos, é mal compreendida dentro e fora do país. A desconfiança pode estar relacionada com o facto da liderança religiosa xiita não ser local, uma vez que a estrutura da autoridade religiosa xiita atravessa fronteiras nacionais, pelo que muitos emulam e seguem *marjas* libaneses, iranianos e iraquianos.

Por outro lado, o radicalismo no seio de alguns grupos xiitas poderá ser alimentado pelo sentimento de que o pequeno contingente de sunitas salafistas da ilha goza de uma influência desproporcionada, e que em parte tal é encorajado pelo Estado. Tal preocupação baseia-se, sobretudo, na existência de deputados salafistas no Parlamento. Por seu lado, os Salafistas consideram a doutrina xiita uma heresia e defendem que os Xiitas não querem apenas reformas, mas o controlo do país. Por tudo isto, continua a existir potencial para o surgimento esporádico de explosões de violência no país.

A Política Externa

Em termos de política externa, a pequena dimensão e a sua localização central entre os estados do Golfo Pérsico, determinam que

o Bahrein desempenhe um papel moderador entre os países da região. Assim, o país prossegue uma prática de consulta com os estados vizinhos tendo em vista a conciliação de pontos discordantes. Aquando da independência do país, o Bahrein, desprovido da protecção britânica e com receio do radicalismo árabe iraquiano e das ambições do Xá do Irão, virou-se para a Arábia Saudita e para os Estados Unidos em busca de apoio. Desde então, estes têm sido os seus dois grandes aliados, já que são as relações bilaterais com estes países de determinam em grande medida a sua segurança. Em termos de política externa, o Bahrein sempre foi muito próximo da Arábia Saudita. Este país tem-lhe dado protecção política e militar, ajuda económica e militar e fornecido petróleo a baixo preço.

Em 1971, ano da sua independência, o país juntou-se às Nações Unidas e à Liga Árabe, aderindo às visões deste último organismo no que se refere à situação do Médio Oriente e Palestina. Em 1981, juntou-se ao Conselho de Cooperação do Golfo.

Para além de manter boas relações com os seus principais financiadores – Arábia Saudita, Kuwait e EAU – os líderes do Bahrein têm-se esforçado por melhorar os seus contactos com o Qatar e o Irão. Como já foi referido, as relações com este último não são as melhores desde que nas décadas de 80 e 90 surgiram indícios do seu apoio a esquemas e conspirações xiitas contra o governo. Recentemente o editor de um jornal iraniano, o *Kayhan*, declarou num artigo de opinião que o Bahrein seria uma província do Irão, o que não agradou aos dirigentes daquele pequeno país e foi prontamente condenado pelo Secretário-Geral do CCG.⁹ Em relação ao Qatar, em 2001, o Tribunal Internacional de Justiça deliberou sobre a disputa territorial e a questão da delimitação marítima entre os dois países. Assim, ficou determinado que o Bahrein exerceria

⁹ "Hands Off Bahrain", *Gulf Daily News*, 12 de Julho de 2007, (<http://www.gulf-daily-news.com/Story.asp?Article=187557&Sn=BNEW&IssueID=30114>).

soberania sobre as ilhas Hawar e Qit'at jaradah, enquanto o Qatar ficaria com as ilhas Janan, Zubarah e Fasht ad Dibal. A resolução pacífica deste longo conflito permitiu estabelecer as bases para uma cooperação renovada entre os dois países.

O Bahrein mantém boas relações diplomáticas com os Estados Unidos. Tal como outros pequenos países do Golfo, o Bahrein vê a sua colaboração em termos de defesa com aquele país como um garante da sua segurança. Esta cooperação está relacionada com potenciais ameaças por parte das potências regionais, sobretudo do Irão e do Iraque. O Bahrein é utilizado como base para a actividade naval americana no Golfo desde 1947. A parceria estratégica entre os dois países intensificou-se desde 1991. Foi em Outubro desse ano que teve lugar a assinatura de um acordo de cooperação na área da defesa, concedendo aos EUA acesso às infraestruturas do Bahrein e assegurando o direito de posicionamento de material estratégico (sobretudo munições da Força Aérea americana) em caso de futuras crises. Durante a Guerra do Golfo de 1991, a ilha foi utilizada como base para as operações militares, e pilotos do Bahrein chegaram a realizar ataques contra território iraquiano. Actualmente, os EUA têm uma importante frota naval estacionada naquele território. Os Estados Unidos realizam exercícios conjuntos e o treino de forças do Bahrein. Este país apoiou as forças da coligação durante a Operação Liberdade Duradoira (Afeganistão) e Operação Liberdade Iraquiana (Iraque). Ao dar apoio a esta última, o governo teve de lidar com a oposição da população ao conflito no Iraque.

Entretanto, esta cooperação tem-se alargado a outros sectores, como a economia e finanças. Em Janeiro de 2006, os dois países assinaram um acordo de comércio livre (Free Trade Agreement U.S. – Bahrein). Muitos bancos e firmas americanos utilizam o Bahrein como base para operações regionais. Desde o início que o Bahrein tem

cooperado activamente em investigações criminais relacionadas com a campanha anti-terrorista. Neste sentido, o Banco Central do Bahrein colocou uma série de restrições à possibilidade de indivíduos envolvidos em actividades suspeitas de transferir fundos através do sistema financeiro do país.

Evolução económica

Apesar de alguns indicadores macroeconómicos desencorajadores, a economia do Bahrein parece estar a evoluir num sentido positivo, embora a generalidade da população ainda não consiga sentir os seus efeitos. O Bahrein fica perto das fontes primárias do petróleo do Médio Oriente. Estrategicamente colocado no Golfo Pérsico, muito do petróleo destinado ao Ocidente deve passar por este país antes de chegar ao oceano. O Bahrein foi um dos primeiros países a basear o seu modelo de desenvolvimento nos rendimentos petrolíferos, a que não é estranho o facto de ter sido no Bahrein que a primeira reserva de petróleo foi descoberta em 1932. Estes rendimentos permitiram ao governo desenvolver diversas infra-estruturas e projectos com vista à melhoria das condições de vida: a saúde, educação, habitação, rede eléctrica, distribuição de água e estradas. Uma parte destes rendimentos foi canalizada para o desenvolvimento de infra-estruturas de transportes e comunicações, sectores hoje bastante desenvolvidos.

Assim, o Bahrein defronta-se actualmente com um desafio suplementar devido às suas reservas muito limitadas: entre os Estados que fazem parte do CCG, o Bahrein é o que tem as menores reservas de petróleo e de gás. Atendendo a esta situação, durante a última década o país tem tentado diversificar as suas actividades económicas, tentando, por exemplo, transformar-se num centro bancário internacional. Este país do Golfo tornou-se num importante

centro regional para multinacionais e organizações financeiras com negócios naquela região.

Apesar de todos os esforços, o país ainda continua fortemente dependente do sector petrolífero. Os rendimentos daqui derivados constituem cerca de dois terços dos rendimentos do governo e das receitas obtidas com as exportações. Os hidrocarbonetos também constituem a base das duas maiores indústrias da ilha: a refinação de crude e a fundição de alumínio. Tendo isto em atenção, os preços do crude afectam de modo dramático a economia do Bahrein. Os altos preços verificados nos últimos anos contribuíram para o crescimento de 5,4% do Produto Interno Bruto em 2004 e de 5,3% em 2005. Em 2006, este crescimento situou-se na ordem dos 7,8%. Estas taxas de crescimento relativamente elevadas não evitaram, contudo, que o desemprego continue a ser um considerável problema económico e social.

A *Bahrein Oil Company* foi criada em 1935, sendo a primeira indústria deste tipo do Golfo. Em 1980, 60% daquela passou para a estatal *Bahrein National Oil Company* (BANOCO), ficando os restantes 40% na posse da companhia americana Caltex. Tendo poucas reservas daquela matéria-prima, grande parte das exportações consiste em produtos feitos a partir de crude, o qual é muitas vezes importado. O país dedica-se ao processamento e refinação do crude, sendo a Arábia Saudita quem fornece a maior parte daquela matéria. Acredita-se que daquele país chegam cerca de 200,000 barris de crude leve por dia. Assim, o crude é uma das maiores importações do país, e conseqüentemente, a Arábia Saudita o seu parceiro comercial mais importante. Os produtos derivados da produção e refinação de petróleo significam 60% das receitas provenientes das exportações e 30% do PIB. Em 2005, a produção de petróleo foi estabilizada nos

188,300 bbl/dia.¹⁰ Calcula-se que as reservas existentes se situam nos 121 milhões de barris,¹¹ as quais serão rentáveis por mais dez ou quinze anos.¹²

A *Bahrein National Gas Company* gere um estabelecimento de liquefacção de gás, utilizando o gás canalizado directamente dos campos petrolíferos do país. À presente escala de consumo – 9,75 biliões metros cúbicos –, os 92,03 biliões metros cúbicos em reserva¹³ deverão durar, pelo menos, cinquenta anos.¹⁴

A *Gulf Petrochemical Industries Company* é uma *joint venture* de indústrias petroquímicas do Kuwait, da Basic Industries Corporation da Arábia Saudita e da companhia estatal do Bahrein. Este estabelecimento, concluído em 1985, produz amoníaco e metanol para exportação.

Outras importantes indústrias do país operam no sector do alumínio, do ferro, fertilizantes, construção e reparação naval e turismo. Aliás, o sector do turismo – sobretudo proveniente da região – é hoje uma importante fonte de rendimentos.

O desgaste das reservas petrolíferas e dos veios freáticos, bem como o desemprego crescente entre a população mais jovem, são graves problemas económicos a longo prazo.

Perspectivas futuras

Esta ilha, noutros tempos considerado destino de fim-de-semana para os Sauditas, tornou-se um dos pontos mais importantes

¹⁰ Central Intelligence Agency, *CIA – The World Factbook*, actualizada a 19 de Junho de 2007, (<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/ba.html>).

¹¹ *Ibid.*

¹² U.S. Department of State, *Background Note: Bahrain*, actualizada em Outubro de 2006 (<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/26414.htm>).

¹³ Central Intelligence Agency, *id.*

¹⁴ U.S. Department of State, *id.*

do golfo. Aqui se encontra a base para a Quinta Frota Naval dos EU. Além disso, produz petróleo e constitui uma capital financeira importante. Projectos massivos de construção ornaram toda a sua linha de costa.

Como a maioria dos estados do Golfo Pérsico, o Bahrein enfrenta, desde meados da década de 90, desafios consideráveis à sua estabilidade interna devido: às rápidas alterações sociais e demográficas; à diminuição dos recursos petrolíferos e da consequente disponibilidade de financiar serviços sociais; aos problemas decorrentes do alargamento da participação política popular e da redefinição do papel da família real. As reformas políticas encetadas em 1999 foram motivadas pela necessidade de lidar com os problemas económicos, sociais e políticos que ameaçavam a continuidade e sobrevivência do regime. Este pequeno país encontra-se, hoje, numa fase determinante do seu processo de reformas políticas, o qual, se obtiver bons resultados, poderá funcionar como um modelo para outros países do golfo.

Caso se reúnam certas condições, como o fracasso das reformas económicas, a redução dos preços do petróleo nos mercados internacionais e a continuação dos conflitos que assolam a região, a acentuação dos problemas económicos poderá constituir a principal ameaça à estabilidade do país. O crescimento populacional e a dependência acentuada do trabalho estrangeiro completam o quadro dos desafios a enfrentar. De igual modo, o governo deverá fazer esforços concretos para pôr fim à discriminação de uma larga franja populacional, fomentando medidas que criem iguais oportunidades de acesso ao emprego, às instituições do estado e uma maior representação nos órgãos do governo.

É de considerar que este pequeno estado será um dos mais afectados pelos acontecimentos no Irão e no Iraque, devido à divisão

sectária interna e firme aliança com os Estados Unidos. Uma possível guerra contra o Irão teria consequências catastróficas para o reino, abalando a sua reputação de centro financeiro regional. Por outro lado, exacerbaria ainda mais as já frágeis relações entre xiitas e sunitas. Muitos políticos olham também para este território como um microcosmos que reproduz as tensões demográficas com os xiitas no Iraque.

A atribuição de mais responsabilidades ao parlamento, onde actualmente os xiitas se fazem representar, pode constituir uma oportunidade para o governo e não apenas uma desvantagem. Conceder mais poder aos membros da Assembleia, implica partilhar com esta as responsabilidades pelas decisões tomadas em prol do futuro do país. Parece pouco provável que o regime se sinta capaz ou desejoso de travar as mudanças e de refrear o activismo da sociedade civil. Perante a conjuntura regional, o governo terá mais a ganhar em ter a maioria da população do seu lado, do que em mantê-la em condições de subordinação política e económica.

BIBLIOGRAFIA

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, CIA - *The World Factbook*,
<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>

CORDESMAN, Anthony H., *Bahrein, Oman, Qatar, and the UAE. Challenges of Security*, Boulder, CO, Westview Press, 1997.

EL-HOKAYEM, Emile, LEGRENZI, Matteo, "The Arab Gulf States in the Shadow of the Iranian Nuclear Challenge", *The Henry L. Stimson Center, Working Paper*, Washington, Maio de 2006.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, *World Crude Oil Production 1980-2004*,
www.eia.doe.gov/pub/international/iealf/table22.xls.

GAUSE, Gregory, "The Approaching Turning Point: The Future of U.S. Relations with the Gulf States", *Brookings Institution, Analysis Paper* nº 2, Maio de 2003.

GRESH, Alain, "Bandargate et tensions confessionnelles", *Le Monde Diplomatique*, 19 de Outubro de 2006,
<http://blog.mondediplo.net/2006-10-19-Bandargate-et-tensions-confessionnelles>.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP, "Bahrein's Sectarian Challenge", *Crisis Group Middle East Report N°40*, Bruxelas, 6 de Maio de 2005.

MITCHELL; John V., "A New Era for Oil Prices?", *Chatham House*, Londres, Agosto de 2006.

NONNEMAN, Gerd, *Political Reform in the Gulf Monarchies: From Liberalisation to Democratisation? A Comparative Perspective*, Durham, Durham Middle East Papers, Sir William Luce Publication Series, Junho de 2006.

NONNEMAN, Gerd, *Governance, Human Rights, and the Case for Political Adaptation in the Gulf: Issues in the EU-CCG Political Dialogue*, European University Institute, Policy Paper 01/3, Italia, November 2001

PETERSON, J. E., "The Nature of Succession in the Gulf", *Middle East Journal*, vol. 55, nº 4, Outono de 2001.

PETERSON, J. E., "Succession in the States of the Gulf Cooperation Council", *The Washington Quarterly*, vol. 24, nº 4, 2001.

RUBIN, Barry, *Crisis in the Contemporary Persian Gulf*, Frank Cass, London, 2002.

SICK, Gary e POTTER, Lawrence G. (eds.), *The Persian Gulf at the Millennium: Essays in Politics, Economy, Security and Religion*, Houndsmill, Basingstoke, MacMillan, 1997.

U.S. Department of State, *Background Note: Bahrein*, atualizada em Outubro de 2006 (<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/26414.htm>)

U.S. Department of State, *International Religious Freedom Report 2006*, (<http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/2006/71419.htm>).